

# Protocolo de Cooperação

entre a

A ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE  
E  
ORDEM DOS ARQUITECTOS DE ANGOLA

## CONSIDERANDO que,

A Ordem dos Arquitectos, em Angola e em Cabo Verde, é a instituição profissional dos licenciados em Arquitectura e em Urbanismo, em conformidade com os preceitos dos respectivos Estatuto e demais disposições legais aplicáveis;

Tendo em conta o relacionamento e a história dos respectivos Povos e Países, que a formação pessoal-profissional dos arquitectos e de urbanistas tenha traços comuns, em função de um passado cultural-arquitectónico também histórico;

Atendendo ao interesse que existe entre estas duas Instituições na promoção de uma Cooperação Bilateral.

## Entre a

**ORDEM DOS ARQUITECTOS DE CABO VERDE – OAC -**, foi criada pelo Decreto-Lei nº 60/99, de 11 de Outubro, e os novos Estatutos aprovado pelo Decreto-Lei nº 43/2009, de 9 de Novembro de 2009, é uma associação pública com personalidade jurídica, representativa dos licenciados em arquitectura e urbanismo, representado no acto pelo seu Bastonário, Arquitecto César Rolando Monteiro de Freitas, devidamente mandatado para o efeito, e adiante designado de OAC.

E

**ORDEM DOS ARQUITECTOS DE ANGOLA**, aqui representada pelo seu Bastonário, o Sr. Arq. António Pereira Gameiro, devidamente mandatado para o efeito, e adiante designado de OA.

É celebrado o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES que se rege pelas cláusulas e princípios seguintes:

### **Artigo 1º**

#### **(Âmbito)**

O presente Protocolo abrange as vertentes da formação, divulgação e troca de informação no domínio da arquitectura e outras formas de colaboração institucional, que se mostrem pertinentes na decorrência da implementação do presente protocolo.

### **Artigo 2º**

#### **(Objecto)**

O objectivo deste Protocolo consiste na definição e quantificação das metas e condições básicas da cooperação a desenvolver entre a Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde e a Ordem de Arquitectos de Angola.

### **Artigo 3º**

#### **(Atribuições e competência)**

As partes comprometem-se a colaborar das seguintes atribuições e competência:

- a) Contribuir para a defesa e promoção da arquitectura e do urbanismo, zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de arquitecto e de urbanista promovendo a valorização profissional e científica dos seus membros, a defesa e os respectivos princípios deontológicos;
- b) Velar pelo rigoroso cumprimento das leis, protegendo o título e a profissão de arquitectos e de urbanista;
- c) Representar os arquitectos e os urbanistas perante os órgãos de soberania e a administração pública devendo ser ouvida sobre a legislação que abrange o domínio da arquitectura e do urbanismo dos actos próprios da profissão de arquitecto e de urbanista e em geral sempre que estejam em causa matérias que se relacionam com a prossecução dos seus fins;
- d) Defender os interesses, os direitos e as prerrogativas dos seus membros e ainda reforçar a solidariedade entre a classe;
- e) Exercer as demais competências previstas na lei e nos Estatutos.





**Artigo 4º**  
**(Modalidades de Cooperação)**

As partes comprometem-se a colaborar nos seguintes domínios:

I - Na formação e informação no domínio da Arquitectura, abrangendo as seguintes modalidades:

- a) Colaborar na promoção e realização de acções de formação conjuntas;
- b) Acolhimento, em condições a especificar e a acordar entre as partes, de arquitectos e estagiários de arquitectura, por parte de membros das respectivas Ordens e pela respectiva Ordem;
- c) Realização conjunta de estágios e cursos profissionais de especialização, de curta duração, palestras e seminários de formação específica, em condições a especificar e a acordar entre as partes, dirigidos aos membros das respectivas Ordens e ainda a colaboradores das duas Instituições.
- d) Compromisso geral de colaboração para realização de actividades conjuntas, visando os objectivos de ambas as instituições, enquadradas na promoção da arquitectura.

II – No Intercâmbio Institucional:

- a) Criar as condições para que membros das respectivas Ordens possam, em reciprocidade, inscrever e exercer a sua actividade profissional no país da outra Parte, nos mesmos moldes e equiparado aos nacionais dessa Ordem, após deliberação da Assembléia Geral das respectivas Ordens .
- b) Criar uma feira anual conjunta de exposição dos trabalhos premiados e/ou a premiar, no âmbito das profissões abrangidas pelas respectivas Ordens;
- c) Na divulgação de revistas e outras obras das Ordens congénere;
- d) Na publicação nas revistas, brochuras e outras formas de publicação da Ordem de trabalhos de membros da outra Ordem.



### III – Nos encargos e Custos:

- a) As Partes acompanharão o funcionamento das actividades promovidas no âmbito deste protocolo e compartilharão nas despesas de alojamento e de estadia, nos respectivos países, dos membros da outra Ordem que acolhem;
- b) Nas deslocações das Direcções das Ordens de visita à sua congénere, fica desde já convencionado que a Ordem convidada suportará as suas despesas de deslocação, ficando a cargo da Ordem receptora os encargos de alojamento e estadia;

#### **Artigo 5º**

##### **(Instrumentos específicos)**

Quando necessário, os objectivos específicos no âmbito deste Protocolo de Cooperação serão desenvolvidos de acordo com programas adicionais, acordados entre as partes e implementados conforme protocolos adicionais a elaborar caso a caso, segundo a natureza dos fins visados. Tais programas passarão a constituir parte integrante do presente instrumento.

#### **Artigo 6º**

##### **(Encargos)**

- a) A conclusão deste Protocolo não traz consigo quaisquer obrigações financeiras para as partes contratantes nem poderá resultar em prejuízo do normal funcionamento das mesmas.
- b) As partes trabalharão na mobilização dos meios indispensáveis para a realização das disposições deste protocolo e dos programas adicionais futuros.

#### **Artigo 7º**

##### **(Vigência e entrada em vigor)**

- a) Este Protocolo é válido por 2 anos a partir da data de sua assinatura e ratificação da Assembleia Geral das respectivas ordens profissionais (de Angola e Cabo Verde e é tacitamente renovado por igual período, se nenhuma das partes o denunciar com aviso prévio de 90 dias.
- b) O presente Protocolo também cessará a sua vigência, 3 meses após a comunicação por qualquer das partes.
- c) Todas as modificações e adendas a este Protocolo requerem a aprovação por escrito por ambas as partes.





### **Artigo 8º**

#### **(Casos omissos, dúvidas e modificações)**

Os casos omissos, as dúvidas e as modificações do presente protocolo serão resolvidos de comum acordo entre as partes.

Feito em duplicados, todos de igual teor e fé, que depois de assinados passara a vigorar entre as Partes.

Praia, 24 de Novembro de 2011.

Ordem Arquitectos de Cabo Verde



*Arq. César Rolando Monteiro de Freitas*

Ordem Arquitectos de Angola



*Arqº António Pereira Gameiro*